

OS INTELECTUAIS DOS ANOS 1950 E OS RUMOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Diana Patricia Ferreira de Santana*

Na forma de uma dissertação, pretendemos expor, neste trabalho, uma leitura acerca do tema dos intelectuais nos anos 50, do século XX, e a relação de suas ideias com os rumos da educação no Brasil. O fio condutor desta leitura é baseado nos resultados apresentados por Anísio Teixeira (1969a) em “Política, industrialização e educação”, por ocasião dos Encontros Regionais de Educadores Brasileiros, nos quais o autor ofereceu um sumário das pesquisas e análises do volume “O industrialismo e o homem industrial”.¹ A tese que nos orienta afirma, *grosso modo*, que a **estratégia** condutora do processo de industrialização² nos diferentes países reflete o tipo de elite que comanda a transformação e, por essa razão, assume diferentes aspectos em função das peculiaridades de cada país. Adverte-nos Teixeira (1969a, p. 182) que

O processo de industrialização é terrivelmente dinâmico e, de certo modo, implacável e irreversível. Se a elite que o estiver comandando não se revelar capaz, será muito provavelmente destruída e substituída pela elite nova que se vier formando à sombra dos erros da primeira. Aliás, toda fase de transição é fase de luta entre o velho e o novo [...].

Surge então uma primeira pergunta: Qual o tipo de elite à frente da industrialização no início dos anos 1950 no Brasil? Ainda: quais eram suas ideias? Como essas ideias afetaram a educação? Sob os escombros de qual elite ela se ergueu?

“Escrever a história significa atribuir aos anos a sua fisionomia” (BENJAMIN apud KONDER, 2000, p. 355). Ao evocar esta frase de Walter Benjamin, Leandro Konder (2000), em “História dos intelectuais nos anos cinqüenta”, procura revelar, a partir dos historiadores brasileiros, a **fisionomia** daquela década, recuperando algumas características do ambiente cultural brasileiro; e conclui ser o fim da década uma fisionomia mais animadora que seu início, pois havia pouca expectativa em relação ao novo e o passado teimava em se perpetuar.

Esboçaremos esse panorama num primeiro momento e, em seguida, investiremos na tentativa de responder às questões acima colocadas.

No cenário internacional, o País assistia às disputas entre norte-americanos e soviéticos

(o que se costumou denominar “guerra-fria”) e também às tensões internas desses países na sucessão de seus líderes; à frente da igreja católica, tínhamos um papa rígido e conservador (Papa Pio XII); além de crises e ações revolucionárias em Cuba, que em 1958 conseguiu se desvencilhar do imperialismo norte-americano e conquistar sua independência. E o Brasil? Quais eram as tensões internas que animavam o povo brasileiro?

De acordo com Konder (2000), no início da década de 1950, o Brasil possuía ainda aproximadamente 64% dos habitantes vivendo no campo. Getúlio Vargas, que exercera o poder ditatorialmente na década anterior, assumiu democraticamente em 1950 o comando do País, mas viria a se suicidar em 1954 em meio a uma enorme crise nacional. Para piorar, a equipe brasileira de futebol, mesmo jogando em casa, perdera para o time do Uruguai e fora derrotada na Copa do Mundo. Apesar do quadro desolador, surgiu uma esperança com a eleição de Juscelino Kubitschek em 1955. Um projeto de desenvolvimento prometia, entre outras coisas, tirar o Brasil de sua condição subdesenvolvida e colocá-lo no patamar de outras nações em pleno desenvolvimento. Uma linha de importantes intelectuais brasileiros se mobilizou para apoiá-lo e, entre as diversas linhas que propunham uma interpretação da história brasileira, surgiu a linha designada por **nacional-desenvolvimentismo**. Em 14 de julho de 1955, foi criado, sob o Ministério da Educação e Cultura, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), com o intuito de promover o projeto desenvolvimentista a partir de uma ideologia nacionalista identificada com os anseios das massas populares. Entre os intelectuais que compunham essa linha destacamos: Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes, entre outros. Cabe esclarecer, neste momento da história, as classes que estavam à frente desse processo. Entretanto, faz-se necessário apontar preliminarmente as orientações teóricas que motivaram esses intelectuais e suas expectativas em relação à nação.

Segundo Caio Navarro de Toledo (1997), o Regulamento Geral do ISEB privilegiava a pesquisa e o trabalho teóricos. Para o presidente em exercício, Juscelino Kubitschek, era tarefa da instituição “formar uma mentalidade, um espírito, uma atmosfera de inteligência para o desenvolvimento” (TOLEDO, 1997, p. 42). Num dos *slogans* isebianos do desenvolvimento, Roland Corbisier parafraseava Lenin nos seguintes termos: “Se é verdade, como já se disse, que não há movimento revolucionário sem teoria do movimento revolucionário, não haverá desenvolvimento sem a formulação prévia de uma ideologia do desenvolvimento nacional” (TOLEDO, 1997, p. 46).

O sentido de ideologia para os isebianos (com exceção de Nelson Werneck Sodré) não tinha caráter negativo, não significava falso pensamento e nem algo vinculado ao discurso da classe dominante. Para os isebianos, a ideologia do desenvolvimento desempenharia um papel ativo na transformação da sociedade, pois seria ela a única capaz de unificar os interesses gerais da nação independentemente da classe. Justifica-se a necessidade de forjar tal ideologia em razão das próprias possibilidades contidas no atual processo histórico das nações subdesenvolvidas.

Segundo Vieira Pinto (apud TOLEDO, 1997, p. 44-45), no interior dessas formações sociais, as ideologias não estão superadas, pois “tudo é subdesenvolvido no subdesenvolvimento”; cabe, assim, forjar novas ideologias. Isto porque o desenvolvimento nacional não ocorre casualmente. As condições materiais estavam dadas e a consciência de que o destino da nação deveria passar pelo desenvolvimento, segundo Vieira Pinto, não era imposta às massas, mas procedia delas. Diz Toledo (1997, p. 47):

As transformações ocorridas no interior da estrutura semicolonial (ou subdesenvolvida) - e que permitem a emergência da consciência crítica - não a conduzirão necessariamente ao estágio superior do desenvolvimento. Só a ideologia do desenvolvimento permitirá que aquelas mudanças assumam a feição de processo (onde haja clareza e precisão das metas e fins visados), conduzindo, promovendo e incentivando um desenvolvimento nacional integrado, harmonioso e sem grandes disparidades internas.

Nesta situação, não poderia haver luta de classes. A ideologia do desenvolvimento deveria representar as diversas classes e, por essa razão, só poderia ter por conteúdo o **nacionalismo**. Esta é uma das razões para insuficiência, nos textos isebianos, de qualquer reflexão teórica acerca das classes sociais. A emergência de uma nação autônoma precedia, historicamente, a luta de

classes. Para Cândido Mendes (apud TOLEDO, 1997, p. 149), trata-se de um “princípio de conduta tática”. Neste ínterim, o nacionalismo não é só a apologia do amor à terra e respeito aos símbolos nacionais, é, antes, nas palavras de Guerreiro Ramos (apud TOLEDO, 1997, p. 149), “[...] o projeto de elevar uma comunidade à apropriação total de si mesma, isto é, de torná-la o que a filosofia da existência chama ‘um ser para si’.”

De acordo com Caio Navarro de Toledo (1997), as orientações dos intelectuais isebianos possuem dificuldades teóricas das mais diversas, desde o ecletismo às más interpretações de ideias que, ao serem transplantadas de suas fontes filosóficas para o contexto da realidade brasileira, na pretensão de alçar o patamar da crítica, revelaram-se mistificadoras e equivocadas.

Uma das teses mais difundidas que ficou comprometida sustentava que o desenvolvimento da nação subdesenvolvida só se realizaria após o rompimento radical com a nação imperialista.

Assim, ao entender a luta de classes como um estágio posterior, uma etapa na qual a nação já estaria liberta do imperialismo e em pleno desenvolvimento, não se aperceberam de que esse desenvolvimento industrial se faz pela vinculação e aliança da classe dominante dos países metropolitanos com a burguesia industrial dos países subdesenvolvidos numa relação de dependência. Conforme esclarece Toledo (1997, p. 179):

Particularmente, Vieira Pinto e R. Corbisier julgavam que só haveria (efetivamente) desenvolvimento nacional caso este se processasse sem contradições (sem desequilíbrios regionais e sem agravamento das tensões sociais). Tais autores, na sua euforia desenvolvimentista, pareciam desconhecer que o desenvolvimento capitalista - quer ele se verifique na periferia ou nos “países centrais” - será sempre gerador de contradições, de desigualdades e de disparidades regionais. [...] [N]ão levaram na devida conta uma das “leis” do capitalismo periférico: a plena compatibilidade entre dependência e desenvolvimento.

Isto significa que desenvolvimento e emancipação não caminham juntas e que o subdesenvolvimento, nas palavras de Theotônio dos Santos (apud TOLEDO, 1997, p. 182), “não é um estado atrasado e anterior ao capitalismo, mas uma consequência dele e uma forma particular de desenvolvimento; o capitalismo dependente.”

A classe hegemônica que conduzia o processo de industrialização (ou desenvolvimento) no País era, portanto, a burguesia industrial que se atrelava ao capital estrangeiro. Segundo Toledo (1997, p. 187), “A ideologia formulada pelo ISEB estaria,

assim, marcada fundamentalmente por uma inspiração intelectualista e de classe média.”

Em “Política, Industrialização e Educação”, Anísio Teixeira (1969a) expõe de modo resumido cinco tipos de elites que têm conduzido nos diversos países a marcha da industrialização promotora do desenvolvimento. São elas: a elite dinástica, a da classe média, a dos intelectuais revolucionários, a dos administradores coloniais e a dos líderes nacionalistas. “A elite dinástica oferece continuidade; a classe média, escolha individual; os intelectuais revolucionários, alta velocidade de industrialização; e os líderes nacionais, a integridade e o progresso da nação.” (TEIXEIRA, 1969a, p. 193).

Segundo o educador, em nosso processo de desenvolvimento ocorre uma mistura dessas elites. Possuímos o setor aristocrático, o setor liberal democrático de classe média e o grupo nacionalista. Os isebianos dividem essas classes basicamente em dois setores: o setor tradicional (parasitário), onde se abrigam a classe latifundiária, a burguesia mercantil e a classe média não produtiva, juntamente com a parcela não produtiva do proletariado; e o setor moderno (produtivo), que abriga a burguesia industrial, a classe média produtiva e a parcela produtiva do proletariado. Dos três grupos sugeridos por Anísio Teixeira, só o segundo tem uma doutrina (a liberal-democrática), mas, como a doutrina é aberta, a confusão e a obscuridade permeiam a relação entre seus líderes. Os demais são dominados por interesses e sentimentos. Nas suas palavras:

Entre a difícil doutrina liberal e o emocionalismo nem sempre lúcido do nacionalismo, o pensamento político brasileiro se refugia em expedientes intelectuais e conjurações de interesses. Falta à cena nitidez e definição. Por isto mesmo, o desenvolvimento brasileiro se vem fazendo com uma carga de contradições tão grande e resistências tão implacáveis ao seu funcionamento lógico que, se não receio a sua parada, receio a sua ruptura, devido ao jogo de progressos e regressos que vem provando e alimentando sua grande confusão Ideológica (TEIXEIRA, 1969a, p. 194-195).

Embora, numa primeira visada, possa parecer lógico que nosso desenvolvimento estivesse mais atrelado à elite de classe média, Anísio Teixeira conclui que a nossa classe média é reacionária, não tem a mentalidade típica dessa elite e, como consequência, nosso desenvolvimento está “muito mais sob a influência do espírito dinástico e paternalista, que herdamos do Estado Novo e agora recebe a propulsão do combustível nacionalista [...]” (TEIXEIRA, 1969a, p. 196). Em “Os donos do

poder” (de 1958), Raimundo Faoro (apud KONDER, 2000), ao procurar compreender a origem do conservadorismo brasileiro, afirma que nossa herança patrimonialista portuguesa adaptou-se tão eficaz e perversamente às nossas condições que demonstra enorme versatilidade em se perpetuar, seja no capitalismo ou no socialismo. O patrimonialismo, segundo o autor (apud KONDER, 2000), torna problemática a mobilização das massas que ou se submetem às lideranças paternalistas ou caem nas armadilhas da burocracia que obstaculizam sua organização.

Em meio a tudo isto, a educação, que é condição essencial para a formação do cidadão que vive sob os auspícios de uma democracia liberal, fica relegada a segundo plano. Ao invés de contribuir para dar luz à mentalidade atrasada da classe média e promover a manutenção e coesão do tecido social, tende a preservar os valores tradicionais, reservando às elites o acesso que deveria ser estendido a todos. Nesse contexto, as universidades desempenham um papel quase inexistente em relação à industrialização; e aos trabalhadores é destinada uma educação elementar mais identificada com um adestramento técnico. Voltando aos tipos de elites elencadas por Teixeira, analisemos que tipo de educação está associada a cada uma delas:

A elite dinástica, visando acima de tudo, preservar a tradição, oferece educação, apenas aos poucos e, especialmente, a grupos seletos e destinados a constituir a elite governante. A ênfase é em educação humanística e na formação jurídica, com restritas facilidades para a educação científica [...]. O característico do comportamento educacional da classe média é a sua crença na educação como instrumento fundamental de justiça social e de mobilidade vertical, com enfraquecimento das fronteiras e divisões de classe. Das cinco elites, são a da classe média e a dos intelectuais revolucionários que efetivamente acreditam em educação. Ambas distribuem a educação a todos. Ambas consideram a educação essencial ao desenvolvimento econômico. Ambas ligam o processo educacional, as escolas e as universidades ao desenvolvimento industrial. Ambas fazem da educação o método de ascensão social. Já fizemos acaso algo disto? Nada, por certo. Apenas falamos e cansamos de falar em tudo isto (TEIXEIRA, 1969a, p.197/202).

Para o educador, permanecemos aristocráticos e nacionalistas quanto à condução de nossa política educacional. Ela reproduz nossa elite, que não é nova, mas continua a ser a velha reminiscência do aristocratismo apoiado no clamor nacionalista **gigante pela própria natureza**.

A profecia é a da continuidade do ensino favorecendo uns poucos e das “falsas campanhas de alfabetização para ‘dopar’ a consciência

nacional cada vez mais incomodamente desperta para a sua tragédia educacional” (TEIXEIRA, 1969a, p. 203). Anísio adverte ainda que se quisermos empreender uma política educacional segundo os moldes da elite de classe média, baseada numa sociedade democrática, devemos insistir na educação para todos e cada um, pois interessa transformar não apenas alguns homens, mas todos. “Todas as outras formas de sociedade precisam de alguma educação, mas só a democracia precisa de educação para todos e na maior quantidade possível [...]” (TEIXEIRA, 1969b, p. 220). Para Teixeira, a relação entre educação e democracia é intrínseca; pois só uma educação conduzida intencionalmente e planejada para esse regime político e social é capaz de realizá-la. A escola, em sua origem, é uma instituição conservadora e destinada a poucos, ela não nasceu com a democracia; sempre foi um privilégio para poucos, aqueles que tinham posses. “A democracia, assim, não é algo especial que se acrescenta à vida, mas um modo próprio de viver que a escola lhe vai ensinar.” (TEIXEIRA, 1969b, p. 215).

Iniciamos este trabalho evocando Walter Benjamin, procurando expor de modo muito fragmentário as principais ideias que animaram os intelectuais dos anos 1950 num momento muito peculiar de nossa história. Vimos que nem sempre o ideário filosófico caminha a par das mudanças reais que se processam no bojo da sociedade, mas que afetam significativamente nossas instituições. Mostramos, neste trabalho, como esse descompasso pôde ser percebido na esfera educacional; estender tais análises a outras esferas da vida pública é algo que escapa ao nosso objetivo. Gostaria de concluí-lo evocando Benjamin mais uma vez para que suas palavras permaneçam ecoando em nossas consciências e mais preparados para os perigos vindouros:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. [...] O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. [...] O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 1994, p. 224-225) ●

Notas:

(1) Anísio Teixeira (1969a) destaca a importância dos estudos conduzidos pelos economistas Clark Kerr, John T. Dunlop, Frederick Harbinson e Charles A. Myers do *Inter University Study of Labor Problems in Economic Development*. Este foi o último volume publicado (até a sua época) entre 12 livros e dezenas de trabalhos científicos.

(2) Embora haja uma diferença entre industrialização e desenvolvimento, não a exploramos neste trabalho. Ao falar em industrialização, entendemos todo conjunto complexo de estruturas que ela mobiliza numa sociedade e que chamamos de desenvolvimento.

Referências

- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, vol. 1).
- KONDER, L. Histórias dos Intelectuais nos Anos 50. In: FREITAS, M. C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 355-374.
- TEIXEIRA, A. Política, industrialização e educação. In: TEIXEIRA, A. *Educação e o mundo moderno*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969a. p. 180-204. (Coleção Cultura, Sociedade, Educação, v. 12).
- TEIXEIRA, A. Democracia e educação. In: TEIXEIRA, A. *Educação e o mundo moderno*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969b. p. 205-221. (Coleção Cultura, Sociedade, Educação, v. 12).
- TOLEDO, C. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 1997.

* Docente do Instituto Federal de Tecnologia de São Paulo, Campus de Bragança Paulista (SP).
Doutoranda em Educação pela Unicamp/SP.